



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



CLODOMIR DA PENHA REIS LIMA

**O POLICIAMENTO OSTENSIVO COMO FORMA DE PREVENIR E COIBIR
INFRAÇÃO PENAL**

GOIÂNIA-GO

2025

CLODOMIR DA PENHA REIS LIMA

**O POLICIAMENTO OSTENSIVO COMO FORMA DE PREVENIR E COIBIR
INFRAÇÃO PENAL**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Esp. Samuel Lopes Felix.

GOIÂNIA-GO

2025

O POLICIAMENTO OSTENSIVO COMO FORMA DE PREVENIR E COIBIR INFRAÇÃO PENAL

OVERT POLICING AS A WAY TO PREVENT AND DISMANTLE CRIMINAL OFFENSES

Clodomir da Penha Reis Lima¹

Samuel Lopes Felix²

Resumo

O policiamento ostensivo representa uma ferramenta fundamental para a promoção da segurança pública, atuando diretamente na prevenção e repressão de infrações penais por meio de presença visível e ações proativas. Este estudo objetivou analisar a percepção dos policiais militares da PMGO acerca da eficácia das estratégias ostensivas na redução da criminalidade, bem como identificar os principais desafios enfrentados em sua execução. A pesquisa adotou abordagem mista, utilizando análise bibliográfica, documental e aplicação de questionários a 55 policiais militares ativos, abrangendo aspectos relacionados ao emprego de patrulhamento motorizado, cooperação comunitária, uso de análise criminal e restrições legais. Os resultados indicam que o patrulhamento motorizado é a estratégia predominante, considerada eficaz pela maioria dos participantes, enquanto a cooperação comunitária tem papel complementar relevante. Contudo, desafios como limitações na alocação de recursos, infraestrutura precária e restrições judiciais impactam negativamente a ação policial, evidenciando a necessidade de contínuos aprimoramentos. Conclui-se que a efetividade do policiamento ostensivo depende da integração entre planejamento estratégico, capacitação adequada e articulação comunitária, assim como do fortalecimento institucional para superar obstáculos operacionais e legais.

Palavras-chave: Policiamento Ostensivo; Prevenção Criminal; Polícia Militar; Estratégias Operacionais; Segurança Pública.

Abstract

Overt policing is a fundamental tool for promoting public safety, directly acting in crime prevention and suppression through visible presence and proactive actions. This study aimed to analyze the perception of Goiás Military Police officers regarding the effectiveness of overt policing strategies in reducing crime, as well as to identify the main challenges encountered during execution. The research adopted a mixed methodology, including bibliographic and documental analysis, alongside questionnaires applied to 55 active police officers, covering aspects related to motorized patrol deployment, community cooperation, use of criminal analysis, and legal constraints. Results indicate motorized patrol as the predominant and effective strategy according to most participants, with community cooperation playing a complementary role. However, challenges such as resource allocation shortcomings, poor infrastructure, and judicial restrictions negatively affect police action, highlighting the need for continuous improvements. It is concluded that the effectiveness of overt policing depends on integrating strategic planning, adequate training, community engagement, as well as institutional strengthening to overcome operational and legal obstacles.

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 1ª Turma/2025, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, email: nreis787@gmail.com. Telefone: (61) 99592-8783.

² Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Licenciado em música, habilitação em ensino do instrumento musical, e especialista em educação musical. E-mail: samuellopesfelix@gmail.com. Telefone: 6298124-4303..

Keywords: Overt Policing; Crime Prevention; Military Police; Operational Strategies; Public Safety.

1 INTRODUÇÃO

O policiamento ostensivo constitui a espinha dorsal das ações de segurança pública no Brasil, caracterizando-se pela presença visível e proativa da Polícia Militar nas ruas, com o objetivo de dissuadir a prática de infrações penais e assegurar a tranquilidade social. Em Goiás, as diretrizes contidas no Procedimento Operacional Padrão (2023) regulamentam essas atividades, que abrangem desde patrulhamento preventivo até intervenções repressivas. Contudo, a eficácia dessas ações depende de variáveis como planejamento estratégico, treinamento adequado e adaptação às dinâmicas criminais locais. Este estudo propõe uma análise detalhada da percepção dos policiais militares sobre o impacto do policiamento ostensivo na redução de delitos, com foco nas práticas adotadas pela Polícia Militar de Goiás.

A literatura especializada, como os estudos de Bayley (2002), aponta que o policiamento ostensivo pode reduzir significativamente a incidência de crimes quando estruturado com base em dados e estratégias bem definidas. Bittner (2003) reforça que a atuação policial deve equilibrar autoridade e legitimidade para alcançar resultados positivos. Trabalhos recentes, como os de Souza e Hoinatski (2024), indicam que restrições impostas por decisões judiciais têm impactado a execução de abordagens ostensivas, exigindo maior precisão técnica e jurídica.

A análise da percepção dos policiais militares sobre o policiamento ostensivo apresenta relevância para a Polícia Militar de Goiás, pois permite identificar pontos fortes e fragilidades nas práticas operacionais, contribuindo para o refinamento de estratégias de prevenção e repressão de infrações penais. A compreensão das experiências e avaliações dos agentes pode orientar a reformulação de diretrizes institucionais, promover capacitações mais alinhadas às demandas práticas e assegurar maior aderência às exigências legais. A pesquisa também busca oferecer contribuições ao debate acadêmico, ao explorar o papel do policiamento ostensivo sob a perspectiva de seus executores, possibilitando avanços na gestão da segurança pública no estado.

O problema de pesquisa que orienta a investigação é: qual é a percepção dos policiais militares da PMGO acerca da eficácia do policiamento ostensivo na prevenção e repressão de infrações penais, e quais são os principais desafios identificados por eles na execução dessas

atividades? O objetivo geral da pesquisa é analisar a percepção dos policiais militares da PMGO sobre a eficácia do policiamento ostensivo na prevenção e repressão de infrações penais. Os objetivos específicos são: descrever as estratégias operacionais de policiamento ostensivo implementadas pela PMGO; investigar as avaliações dos policiais militares sobre os resultados dessas estratégias na redução de infrações penais; analisar os desafios operacionais, logísticos e jurídicos percebidos pelos policiais na condução do policiamento ostensivo.

O estudo será conduzido por meio de uma abordagem mista, integrando pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo com foco exclusivo em policiais militares da Polícia Militar de Goiás. A etapa bibliográfica envolverá a análise de obras referenciais e artigos acadêmicos para construir um referencial teórico sobre o policiamento ostensivo e sua relação com a prevenção de crimes. A pesquisa de campo será realizada por meio de um questionário estruturado, disponibilizado na plataforma Google Forms e distribuído via WhatsApp, direcionado a policiais de diferentes patentes e unidades operacionais, para avaliar a percepção de eficácia das ações ostensivas, e questões abertas, para captar descrições detalhadas de desafios enfrentados.

2 REVISÃO TEÓRICA

O policiamento ostensivo, caracterizado pela presença visível e proativa das forças policiais nas vias públicas, constitui um pilar central da segurança pública no Brasil, com o propósito de dissuadir infrações penais e assegurar a ordem social. Essa prática, regulamentada por normativos institucionais, combina estratégias preventivas e repressivas para enfrentar a criminalidade em contextos urbanos e rurais. Bayley (2002) observa que o policiamento ostensivo, quando estruturado com base em planejamento estratégico e análise de dados criminais, reduz significativamente a incidência de delitos, promovendo a tranquilidade pública. A análise crítica das estratégias operacionais, seus resultados e os desafios enfrentados revela a complexidade dessa prática, que exige equilíbrio entre autoridade, legitimidade e eficiência operacional.

Estratégias de policiamento orientado à solução de problemas representam uma abordagem inovadora para a prevenção criminal. Morais e Vieira (2015) destacam que essa metodologia integra a análise de dados criminais com a identificação de fatores locais, como vulnerabilidades socioeconômicas ou áreas de alta incidência, para direcionar intervenções policiais. A utilização de mapas de calor e estatísticas criminais permite aos policiais planejar patrulhamentos específicos, otimizando recursos e aumentando a eficácia na redução de

infrações, como furtos, roubos e perturbações do sossego. Essa abordagem exige uma formação policial que combine teoria com prática operacional, garantindo a aplicação precisa das estratégias.

Como a legitimidade das ações policiais impacta a eficácia do policiamento ostensivo? Bittner (2003) argumenta que a atuação policial deve equilibrar a autoridade inerente ao uso da força com a legitimidade percebida pela comunidade. A ausência de legitimidade pode gerar resistência pública, comprometendo a cooperação comunitária e a eficácia das ações preventivas. Policiais que adotam posturas de diálogo e mediação social fortalecem a confiança pública, criando um ambiente propício para a prevenção de infrações penais. Essa perspectiva enfatiza a necessidade de práticas que combinem repressão com prevenção, promovendo a percepção de justiça nas intervenções.

A análise criminal constitui um elemento central do policiamento ostensivo moderno. Borba (2021) observa que a institucionalização de sistemas de análise criminal permite otimizar a alocação de recursos, direcionando esforços para áreas de maior risco. Policiais capacitados em ferramentas de análise de dados podem identificar padrões delituosos, como horários e locais de maior incidência, planejando intervenções mais precisas. A integração de tecnologias, como sistemas de georreferenciamento, fortalece a capacidade de antecipar infrações, mas exige investimentos em infraestrutura e formação contínua.

A cooperação comunitária atua de maneira determinante na eficácia do policiamento ostensivo. Nassaro (2012) aponta que a mediação social, por meio de programas como conselhos de segurança comunitária, permite que policiais e moradores colaborem na identificação de vulnerabilidades locais, como áreas mal iluminadas ou pontos de tráfico. Essa interação fortalece a confiança pública, reduzindo a percepção de repressão arbitrária e promovendo ações preventivas mais eficazes. A formação policial deve priorizar conteúdos que incentivem a mediação, capacitando os agentes a atuar como facilitadores do diálogo comunitário.

Barbosa (2021) destaca que a alocação inadequada de recursos humanos e materiais, como a escassez de viaturas ou efetivo insuficiente, compromete a capacidade de patrulhamento em áreas de alta criminalidade. Essas limitações exigem planejamento estratégico que otimize a distribuição de recursos, garantindo a continuidade das ações preventivas. A ausência de coordenação entre unidades policiais pode agravar esses desafios, reduzindo a eficácia das operações.

Restrições judiciais representam uma barreira significativa para o policiamento ostensivo. Souza e Hoinatski (2024) observam que decisões judiciais recentes, como limitações às abordagens policiais baseadas em fundada suspeita, exigem maior precisão técnica e jurídica.

Políciais enfrentam dificuldades em conciliar as exigências legais com as demandas operacionais, especialmente em situações de alta pressão, como patrulhamentos em áreas urbanas de elevada criminalidade. Essas restrições requerem formação jurídica robusta para garantir a conformidade legal das ações.

A integração entre policiamento ostensivo e velado fortalece a prevenção e repressão de infrações penais. Raymundo (2016) aponta que a combinação de patrulhamento visível com operações de inteligência permite identificar e neutralizar atividades criminosas complexas, como redes de tráfico ou organizações de furtos. Essa integração exige coordenação entre unidades policiais e treinamento especializado em análise de inteligência, garantindo que as ações ostensivas sejam complementadas por informações precisas.

Desafios logísticos, como a falta de equipamentos modernos e infraestrutura adequada, comprometem a eficácia do policiamento ostensivo. Prazeres e Leão (2024) destacam que a ausência de tecnologias, como sistemas de videomonitoramento ou comunicações integradas, dificulta o monitoramento em tempo real, limitando a capacidade de prevenir infrações. Investimentos em tecnologia, como câmeras de vigilância e sistemas de rádio, são necessários para superar essas barreiras, promovendo maior eficiência operacional.

Como a prevenção secundária contribui para a redução de infrações? Oliveira e Vaz (2022) observam que o policiamento ostensivo, quando focado na prevenção secundária, como a identificação de grupos de risco ou áreas vulneráveis, reduz a reincidência criminal. Essas estratégias exigem a articulação com políticas públicas, como programas de inclusão social, para enfrentar as causas estruturais da criminalidade. Policiais capacitados em prevenção secundária podem implementar ações mais eficazes, como patrulhamentos direcionados e campanhas educativas.

A percepção dos policiais sobre a eficácia do policiamento ostensivo é influenciada pela qualidade do treinamento recebido. Nascimento e Nascimento (2018) apontam que policiais bem preparados em análise criminal e mediação social percebem maior impacto na redução de infrações. A formação deve incluir módulos práticos que reflitam as dinâmicas criminais locais, como furtos em comércios ou perturbações do sossego, promovendo a aplicabilidade das estratégias aprendidas.

Quais são os desafios específicos dos minibloqueios? Xavier (2025) observa que os minibloqueios, utilizados para interceptar infratores em vias urbanas, enfrentam barreiras como a falta de planejamento estratégico e a resistência comunitária. Policiais devem ser capacitados para executar essas ações com precisão, minimizando tensões com a população e garantindo a

conformidade legal. A formação deve abordar técnicas de comunicação para reduzir conflitos durante essas operações.

A análise de dados criminais é indispensável para o policiamento ostensivo. Resende e Andrade (2024) destacam que o uso de estatísticas criminais permite direcionar o patrulhamento para áreas de alta incidência, mas a falta de acesso a sistemas integrados de dados compromete a eficácia. Policiais precisam de treinamento em ferramentas de análise, como mapas de calor, para otimizar as intervenções preventivas e repressivas.

A cultura organizacional das polícias militares pode limitar a eficácia do policiamento ostensivo. Sousa e Silva (2023) apontam que a ênfase em práticas repressivas, como abordagens agressivas, pode inibir a adoção de estratégias preventivas, como a mediação social. A formação policial deve promover uma mudança cultural, incentivando abordagens proativas que combinem prevenção e repressão, fortalecendo a legitimidade das ações.

Neste contexto é possível perceber que o policiamento ostensivo é eficaz na prevenção e repressão de infrações penais quando baseado em análise criminal, cooperação comunitária e planejamento estratégico. No entanto, desafios operacionais (alocação de recursos), logísticos (infraestrutura) e jurídicos (restrições judiciais) exigem formação robusta e investimentos em tecnologia para maximizar a eficácia. A formação policial deve integrar teoria, prática e articulação com a comunidade para superar essas barreiras, promovendo ações mais eficazes e legítimas (Bayley, 2002; Souza; Hoinatski, 2024).

3 METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem mista, combinando análise qualitativa e quantitativa, para analisar a percepção dos policiais militares da PMGO sobre a eficácia do policiamento ostensivo na prevenção e repressão de infrações penais. A integração de pesquisa bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo permite uma investigação abrangente, captando estratégias, resultados e desafios. A abordagem mista garante a profundidade necessária para atender aos objetivos do estudo.

A pesquisa bibliográfica será conduzida em bases acadêmicas, como Scielo e Google Scholar, examinando obras e artigos sobre policiamento ostensivo e prevenção criminal. Serão analisados estudos que abordem estratégias operacionais, análise de dados e desafios jurídicos. A análise documental envolverá o Procedimento Operacional Padrão (PMGO, 2023), mapeando diretrizes para o policiamento ostensivo (GOIÁS, 2023).

Questionários estruturados, aplicados online via Google Forms e distribuídos por WhatsApp, serão respondidos por policiais de diferentes patentes e unidades, selecionados por amostragem intencional com base em sua experiência operacional. Os questionários conterão 10 perguntas fechadas de múltipla escolha e questões abertas, captando percepções sobre eficácia e desafios. A aplicação será precedida pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, com aceite eletrônico.

Os dados serão analisados por meio de estatística descritiva, utilizando o software Excel para calcular frequências e médias das respostas fechadas, identificando tendências nas percepções. A categorização temática processará respostas abertas, identificando padrões e desafios. A triangulação entre literatura, documentos e respostas oferecerá uma visão detalhada do policiamento ostensivo, contribuindo para a melhoria das práticas policiais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa contou com 55 participantes, todos policiais em atividade operacional, com consentimento unânime para participação, distribuídos predominantemente em patentes iniciais e tempos de atuação curtos, o que reflete uma amostra representativa de profissionais engajados em ações ostensivas cotidianas.

A questão 1 investigou a patente atual dos participantes na PMGO, revelando predominância de soldados, o que indica uma amostra composta majoritariamente por profissionais em níveis operacionais básicos. Os resultados são detalhados na Tabela 1, que resume a distribuição das patentes e evidencia a concentração em categorias iniciais, compatível com o foco em execução de procedimentos ostensivos descritos no POP.

Tabela 1 - Patente atual na PMGO

Opção	Quantidade	Porcentagem (%)
Soldado	55	98.21
1º Sargento	1	1.79

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Os resultados convergem com as observações de Bittner (2003) sobre aspectos do trabalho policial, onde patentes iniciais, como a maioria dos respondentes, executam ações ostensivas que equilibram autoridade e legitimidade para dissuadir infrações, permitindo intervenções diretas em cenários de fiscalização urbana. O POP (2023) reforça essa análise ao

definir o policiamento ostensivo como presença visível para preservação da ordem pública, destacando que soldados, prevalentes na amostra, demandam procedimentos padronizados para fiscalização e patrulhamento, contrastando com a necessidade de supervisão hierárquica para otimizar intervenções preventivas em contextos urbanos goianos, onde a mobilidade e a observação atenta mitigam riscos delitivos emergentes.

A questão 2 avaliou o tempo de atuação em operações de policiamento ostensivo, com ênfase em períodos iniciais, o que reflete níveis variados de experiência prática. Os dados são expostos na Tabela 2, que ilustra a distribuição temporal e destaca a concentração em menos de um ano, sinalizando limitações na consolidação de rotinas operacionais para coibição de delitos.

Tabela 2 - Tempo de atuação em operações de policiamento ostensivo

Opção	Quantidade	Porcentagem (%)
Menos de 1 ano	55	98.21
Mais de 10 anos	1	1.79

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Os resultados alinham-se às análises de Barbosa (2021) sobre dilemas operacionais no serviço de rua, onde tempos curtos de atuação, como observados na maioria, geram tensões entre produtividade e riscos em ações ostensivas, restringindo a capacidade de adaptação a padrões criminosos locais. O POP (2023) corrobora essa visão ao detalhar procedimentos para patrulhamento a pé e fiscalização, apontando que exposições prolongadas, menos frequentes na amostra, contrastam com a exigência de treinamento contínuo para consolidar a distribuição eficaz do policiamento, favorecendo a adaptação a dinâmicas criminais locais em Goiás por meio de observação sistemática e intervenção oportuna em áreas de vulnerabilidade.

A questão 3 identificou a principal estratégia de policiamento ostensivo utilizada pela PMGO, destacando patrulhamento motorizado como predominante. A distribuição é ilustrada na Tabela 3, que quantifica as preferências e revela ênfase em mobilidade para monitoramento de áreas, alinhada aos protocolos institucionais.

Tabela 3 - Principal estratégia de policiamento ostensivo utilizada pela PMGO

Opção	Quantidade	Porcentagem (%)
Patrulhamento motorizado	41	73.21
Cooperação comunitária	9	16.07

Análise de dados criminais	4	7.14
Minibloqueios	2	3.57

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Os resultados convergem com Bayley (2002), que oferece análise comparativa de padrões de policiamento, onde patrulhamento motorizado atua como dissuasor visível para prevenção de infrações, permitindo respostas ágeis a incidentes delitivos. O POP (2023) reforça essa análise ao descrever o patrulhamento como observação atenta e fiscalização para interferir na criminalidade, destacando que estratégias como cooperação comunitária e análise de dados, menos citadas, contrastam com a priorização de mobilidade motorizada para respostas ágeis, demandando integração para otimizar o emprego em cenários goianos, onde a combinação de táticas eleva a capacidade de contenção de riscos em vias públicas.

A questão 4 examinou a frequência de utilização de análise de dados criminais no policiamento, com respostas concentradas em usos diários e semanais. Os resultados aparecem na Tabela 4, que classifica as frequências e evidencia a incorporação de ferramentas analíticas em rotinas ostensivas, com implicações para planejamento preventivo.

Tabela 4 - Frequência de utilização de análise de dados criminais no policiamento

Opção	Quantidade	Porcentagem (%)
Diária	23	41.07
Semanal	14	25.00
Raramente	12	21.43
Mensal	7	12.50

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Os resultados ecoam as contribuições de Borba (2021) sobre institucionalização de análise criminal na PMGO para emprego de recursos preventivos, permitindo mapear padrões delitivos para alocação otimizada. O POP (2023) complementa ao enfatizar a análise como parte do policiamento ostensivo para preservação da ordem, indicando que frequências raras, como observadas em parte da amostra, contrastam com modelos de integração diária para mapear padrões delitivos, promovendo decisões baseadas em dados para coibir infrações em Goiás, onde a regularidade no processamento de informações eleva a precisão em patrulhamentos direcionados.

A questão 5 avaliou se o policiamento ostensivo envolve cooperação comunitária em suas ações, com percepções majoritariamente positivas em graus frequentes. A síntese é apresentada na Tabela 5, que quantifica as respostas e demonstra o papel da comunidade na execução ostensiva, alinhado a abordagens colaborativas.

Tabela 5 - Envolvimento de cooperação comunitária no policiamento ostensivo

Opção	Quantidade	Porcentagem (%)
Sim, frequentemente	40	71.43
Sim, ocasionalmente	16	28.57
Não, raramente	0	0.00
Não sei	0	0.00

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Os resultados alinham-se às observações de Nassaro (2012) sobre o policial militar como pacificador social via mediação no policiamento preventivo, permitindo resolução de conflitos por meio de engajamento local. O POP (2023) corrobora ao descrever apoio comunitário em ações especializadas, apontando que envolvimento ocasional contrasta com a exigência de cooperação frequente para apoio ao policiamento geral, favorecendo a resolução de conflitos sem escalada em contextos goianos, onde a interação com a população reforça a legitimidade das intervenções ostensivas.

A questão 6 investigou a eficácia do policiamento ostensivo na redução de infrações penais, revelando avaliações elevadas como dominantes. Os dados são expostos na Tabela 6, que classifica os graus de eficácia e destaca o potencial dissuasor das ações visíveis.

Tabela 6 - Eficácia do policiamento ostensivo na redução de infrações penais

Opção	Quantidade	Porcentagem (%)
Muito eficaz	40	71.43
Eficaz	16	28.57
Pouco eficaz	0	0.00
Ineficaz	0	0.00

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Os resultados convergem com Nascimento e Nascimento (2018), que examinam policiamento ostensivo como ferramenta de prevenção a ilícitos via presença dissuasor, permitindo contenção de delitos por visibilidade constante. O POP (2023) reforça essa análise ao definir o ostensivo como interferência positiva na criminalidade, indicando que eficácia moderada em parte da amostra contrasta com protocolos de patrulhamento para redução de delitos, demandando alinhamento com planejamento estratégico em Goiás, onde a execução padronizada eleva a capacidade de fiscalização em áreas de alta incidência.

A questão 7 examinou o principal desafio operacional no policiamento ostensivo, com alocação de recursos humanos e planejamento estratégico como prevalentes. Os achados são ilustrados na Tabela 7, que quantifica os desafios e demonstra barreiras na execução de procedimentos padronizados.

Tabela 7 - Principal desafio operacional no policiamento ostensivo

Opção	Quantidade	Porcentagem (%)
Alocação de recursos humanos	22	39.29
Planejamento estratégico	20	35.71
Resistência comunitária	12	21.43
Treinamento insuficiente	2	3.57

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Esses dados convergem com Barbosa (2021), que explora dilemas operacionais no serviço de rua, onde alocações inadequadas geram tensões em ações ostensivas, prejudicando a coordenação em patrulhamentos. O POP (2023) complementa ao detalhar distribuição e fiscalização do policiamento, destacando que resistências comunitárias contrastam com a necessidade de planejamento para emprego eficaz, promovendo ajustes operacionais para superar limitações em contextos goianos, onde a otimização de recursos humanos fortalece a capacidade de intervenção em infrações emergentes.

A questão 8 identificou o principal desafio logístico no policiamento ostensivo, com infraestrutura limitada e falta de viaturas como dominantes. A síntese aparece na Tabela 8, que categoriza os desafios e demonstra restrições materiais na mobilidade ostensiva.

Tabela 8 - Principal desafio logístico no policiamento ostensivo

Opção	Quantidade	Porcentagem (%)
-------	------------	-----------------

Infraestrutura limitada	18	32.14
Falta de viaturas	16	28.57
Equipamentos insuficientes	14	25.00
Falta de efetivo (incluindo variantes)	8	14.29

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Os resultados alinham-se às contribuições de Resende e Andrade (2024) sobre ações ostensivas no combate à perturbação do sossego, onde deficiências logísticas limitam intervenções, restringindo a execução em áreas urbanas. O POP (2023) reforça essa visão ao especificar equipamentos para policiamento, apontando que faltas de viaturas contrastam com requisitos para coldres e acessórios, demandando investimentos para sustentar patrulhamento motorizado em Goiás, onde a adequação material eleva a capacidade de fiscalização veicular e contenção de delitos associados a mobilidade.

A questão 9 avaliou se as restrições judiciais impactam a eficácia do policiamento ostensivo, com percepções de impactos significativos como predominantes. Os dados são apresentados na Tabela 9, que quantifica os graus de impacto e evidencia tensões jurídicas na execução ostensiva.

Tabela 9 - Impacto de restrições judiciais na eficácia do policiamento ostensivo

Opção	Quantidade	Porcentagem (%)
Sim, significativamente	43	76.79
Sim, moderadamente	13	23.21
Não, pouco impacto	0	0.00
Não sei	0	0.00

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Os resultados convergem com Souza e Hoinatski (2024), que discutem desafios ostensivos frente a decisões judiciais, onde restrições limitam abordagens preventivas, afetando a discricionariedade em fiscalizações. O POP (2023, p. 304-307) corrobora ao normatizar procedimentos alinhados a exigências legais, destacando que impactos moderados contrastam com a padronização para busca pessoal e fundada suspeita, promovendo equilíbrio entre autoridade e conformidade jurídica em operações goianas, onde o cumprimento de protocolos mitiga riscos de invalidação em intervenções repressivas.

A questão 10 avaliou se as estratégias de policiamento ostensivo precisam de ajustes, com necessidades alguma ou muita como dominantes. Os dados são expostos na Tabela 10, que classifica os níveis de necessidade e demonstra demandas por refinamento operacional.

Tabela 10 - Necessidade de ajustes nas estratégias de policiamento ostensivo

Opção	Quantidade	Porcentagem (%)
Sim, alguma necessidade	35	63.64
Sim, muita necessidade	18	32.73
Não, suficiente como está	2	3.64

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Os resultados alinham-se às observações de Raymundo (2016) sobre integração entre ostensivo e velado para prevenção de infrações complexas, permitindo coordenação para otimizar respostas. O POP (2023, p. 317) complementa ao listar códigos de comunicação e equipamentos, apontando que suficiências mínimas contrastam com a exigência de atualizações para planejamento e emprego, favorecendo inovações para coibir delitos em Goiás, onde revisões estratégicas fortalecem a capacidade de adaptação a padrões criminais evolutivos.

Os resultados obtidos relacionam-se aos objetivos do estudo ao demonstrar que patrulhamento motorizado e análise de dados são estratégias chave na PMGO com impactos positivos na redução de infrações, embora desafios logísticos e judiciais demandem intervenções institucionais para alinhar práticas ao POP e aprimorar a repressão preventiva, respondendo à problemática de equilibrar visibilidade dissuasora com conformidade legal em contextos goianos, onde a percepção majoritária de eficácia elevada reforça a necessidade de refinamentos operacionais para mitigar barreiras na execução ostensiva e elevar a capacidade de contenção delitiva, contribuindo para a estruturação de políticas de segurança pública mais integradas e responsivas às dinâmicas criminais locais.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa demonstrou que o policiamento ostensivo é peça fundamental na prevenção e repressão de infrações penais no âmbito da PMGO, sendo a estratégia de patrulhamento motorizado a mais empregada e reconhecida pela eficácia em coibir a criminalidade. A cooperação comunitária, embora considerada complementar, revela-se importante na construção

de legitimidade e no fortalecimento do vínculo com a população, aspectos essenciais para a melhoria da eficácia operacional.

Entretanto, o estudo identificou desafios que prejudicam a plena eficiência das ações ostensivas, como a insuficiência na alocação de recursos humanos e materiais, limitações na infraestrutura e restrições impostas por decisões judiciais que impactam as condições de atuação dos policiais. Esses obstáculos contribuem para a complexidade do ambiente operacional, demandando estratégias gerenciais aprimoradas e capacitação contínua.

A percepção dos policiais destaca a necessidade de aprimoramento nas metodologias de emprego das estratégias, com ênfase na integração de tecnologia, como análise criminal, e na articulação entre unidades operacionais e comunidades para potencializar ações preventivas. A superação das barreiras jurídicas, por meio de formação técnica e assessoria legal, também aparece como fundamental para assegurar a conformidade das operações.

Assim, conclui-se que o policiamento ostensivo, quando estruturado em planejamento estratégico, com recursos adequados e promovendo a cooperação comunitária, pode alcançar resultados positivos na redução da criminalidade e na promoção da ordem pública em Goiás. O presente estudo contribui para o aprimoramento das políticas institucionais da PMGO, orientando ações que conciliem autoridade e legitimidade, condição indispensável para a gestão eficiente da segurança pública no estado.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Wendell De Freitas. Buscar e evitar a ação policial: os dilemas operacionais dos policiais militares na execução do “serviço de rua” no Ceará. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 15, n. 2, p. 178-195, 2021.

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento**: uma análise comparativa internacional. São Paulo: Edusp; 2002.

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. 2.ed. Edusp: São Paulo, 2003.

BORBA, Geyson Alves. Institucionalização do sistema de análise criminal e inovação na PMGO: uma proposta para o aperfeiçoamento da tomada de decisão, do emprego dos recursos policiais e modernização da gestão do policiamento ostensivo preventivo. **REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DE SEGURANÇA PÚBLICA-REBESP**, v. 14, n. 2, p. 115-133, 2021.

GOIÁS. Polícia Militar. **Procedimento Operacional Padrão**. 4. ed. Goiânia: PMGO, 2023.

MORAIS, Igor Araújo Barros; VIEIRA, Thiago Augusto. Policiamento Orientado à Solução de Problemas na Polícia Militar do Estado de Santa Catarina–Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 9, n. 1, p. 232-248, 2015.

NASCIMENTO, Nélio Reis Biá; NASCIMENTO, Paula Rafaela Tagata Biá. Policiamento ostensivo como ferramenta de prevenção a ilícitos. **Revista Eletrônica Casa de Makunaima**, v. 1, n. 1, p. 93-101, 2018.

NASSARO, Adilson Luís Franco. O Policial Militar pacificador social: emprego da mediação e da conciliação no policiamento preventivo. **Revista LEVS**, v. 10, n. 10, 2012.

OLIVEIRA, Raiane Martins; VAZ, Jefferson Freitas. A polícia militar suas atribuições a busca pessoal e a fundada suspeita. **NATIVA-Revista de Ciências, Tecnologia e Inovação**, v. 3, n. 2, p. 117-126, 2022.

PRAZERES, Pedro Paulo de Souza; LEÃO, Carla. **Policiamento ostensivo da polícia militar de goiás e seu papel na prevenção secundária**. Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, 2024.

RAYMUNDO, Fabrício de Andrade. Policiamento Ostensivo e Policiamento Velado: integração e assuntos correlatos. **Revista Ciência & Polícia**, v. 4, n. 1, 2016.

RESENDE, Tiago Barcelos Pereira; ANDRADE, Danilo da Silva. **Ações de policiamento ostensivo no combate à perturbação do sossego**. Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, 2024.

SOUSA, Breno Ribeiro de; SILVA, Vinicius dos Santos. **O Policiamento Ostensivo E Seus Paradgmas Como Ferramenta De Prevenção A Criminalidade Em Goiânia**. Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, 2023.

SOUZA, Rodolpho Mattos; HOINATSKI, Rodrigo. Os desafios do policiamento ostensivo frente às recentes decisões dos tribunais brasileiros. **Brazilian Journal of Development**, v. 10, n. 9, p. e72974-e72974, 2024.

XAVIER, Marco Aurélio. A fundamentação e importância da ação policial do minibloqueio no policiamento ostensivo geral da polícia militar do paraná. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218**, v. 6, n. 6, p. e666501-e666501, 2025.

APÊNDICE A

Título da Pesquisa: O Policiamento Ostensivo como Forma de Prevenir e Coibir Infração Penal

Pesquisador Responsável: Clodomir da Penha Reis Lima

Instituição: Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás

Prezado(a) Participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada "O Policiamento Ostensivo como Forma de Prevenir e Coibir Infração Penal", conduzida por Clodomir da Penha Reis Lima e vinculada ao CAPM. O objetivo deste estudo é analisar a percepção dos policiais militares sobre a eficácia do policiamento ostensivo na prevenção e repressão de infrações penais.

1. Procedimentos da Pesquisa: Sua participação consistirá em responder a um questionário online, aplicado via Google Forms e distribuído por WhatsApp, com 10 perguntas fechadas de múltipla escolha e questões abertas sobre sua percepção da eficácia e desafios, com duração aproximada de 10 a 15 minutos.

2. Riscos e Benefícios: Não há riscos significativos associados à sua participação, além de possíveis desconfortos mínimos ao relatar experiências operacionais. Você poderá interromper sua participação a qualquer momento. Os benefícios incluem a contribuição para a melhoria das práticas policiais e da segurança pública.

3. Sigilo e Confidencialidade: Seus dados serão tratados com sigilo absoluto e utilizados exclusivamente para fins acadêmicos e científicos. Em nenhuma hipótese sua identidade será divulgada, garantindo o anonimato das informações fornecidas.

4. Participação Voluntária: Sua participação é totalmente voluntária. Você pode desistir a qualquer momento, sem prejuízo ou necessidade de justificativa. Para dúvidas, contate o pesquisador pelos meios disponibilizados.

5. Considerações Éticas: O projeto respeitará os preceitos éticos vigentes sobre procedimentos experimentais envolvendo seres humanos.

Declaro que li, compreendi e concordo em participar desta pesquisa de forma livre e esclarecida.

☐ Concordo

☐ Não concordo

1. Qual é sua patente atual na PMGO?

☐ Soldado

☐ Cabo

☐ Oficial

☐ Outro: _____

2. Há quanto tempo você atua em operações de policiamento ostensivo?

☐ Menos de 1 ano

☐ 1 a 5 anos

☐ 5 a 10 anos

☐ Mais de 10 anos

3. Qual é a principal estratégia de policiamento ostensivo utilizada pela PMGO?

☐ Patrulhamento motorizado

☐ Minibloqueios

☐ Cooperação comunitária

☐ Análise de dados criminais

4. Com que frequência você utiliza análise de dados criminais no policiamento?

☐ Diária

☐ Semanal

☐ Mensal

☐ Raramente

5. O policiamento ostensivo envolve cooperação comunitária em suas ações?

☐ Sim, frequentemente

☐ Sim, ocasionalmente

☐ Não, raramente

☐ Não sei

6. O policiamento ostensivo é eficaz na redução de infrações penais?

☐ Muito eficaz

☐ Eficaz

☐ Pouco eficaz

☐ Ineficaz

7. Qual é o principal desafio operacional no policiamento ostensivo?

☐ Alocação de recursos humanos

☐ Planejamento estratégico

☐ Treinamento insuficiente

☐ Resistência comunitária

8. Qual é o principal desafio logístico no policiamento ostensivo?

☐ Falta de viaturas

☐ Equipamentos insuficientes

☐ Infraestrutura limitada

☐ Outro: _____

9. As restrições judiciais impactam a eficácia do policiamento ostensivo?

☐ Sim, significativamente

☐ Sim, moderadamente

☐ Não, pouco impacto

☐ Não sei

10. As estratégias de policiamento ostensivo precisam de ajustes?

☐ Sim, muita necessidade

☐ Sim, alguma necessidade

☐ Não, suficiente como está

☐ Não sei